

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera	
Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira	
Maristela Parise de Lima	
Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto	
Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos	
Piedley Macedo Saraiva	
Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo	
Henrique da Silva Pinel	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva	
Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14	183
GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG	
Luan Patrick Reis Serafim Leite Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060714	
CAPÍTULO 15	197
MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA	
Larissa Carvalho Alves Adriano Victor Lopes da Silva Erika Maria Jamir de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.16719060715	
CAPÍTULO 16	209
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA	
Pedro Luís Büttenbender Jaqueline Ledir De Conti Ariosto Sparemberger Giovana Fernandes Writzl Luciano Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.16719060716	
CAPÍTULO 17	224
PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016	
Estéverson Oliveira Lima Luis Carlos Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.16719060717	
CAPÍTULO 18	231
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA	
Elzamili Lima Brito Márcio Júnior Benassuly Barros Raoni Fernandes Azerêdo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060718	
CAPÍTULO 19	243
REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Mayure Cristina de Souza Oliveira Sabrina Pereira Uliana Pianzola Silvana Cristina dos Santos Monica de Oliveira Costa Farana de Oliveira Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.16719060719	

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Maiara Conceição Castro

Universidade do Estado da Bahia -UNEB

Eunápolis-Bahia

RESUMO: Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações interdependentes e compostas de agentes sociais e econômicos que visam um setor específico de atividade econômica. No turismo, os APLs tornam-se importantes alternativas para a promoção de vantagens competitivas e desenvolvimento de regiões. Os APLs podem ser aplicáveis em roteiros, destinos turísticos ou regiões. O objetivo geral deste estudo é analisar as potencialidades e os limites do APL na Costa do Descobrimento. A metodologia utilizada neste estudo foi pautada no baseamento teórico adotando a revisão/pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os resultados do estudo permitem afirmar que a região turística da Costa do Descobrimento possui uma infinidade de problemáticas nos aspectos sociais, econômicos, ambientais e estruturais, e na formatação, promoção e comercialização de seus produtos turísticos devendo implementar melhorias que propiciem a solução e/ou minimização desses problemas. Contudo, essa região possui muitas potencialidades, podendo dessa forma, ser convertida em APL do turismo, e passar a proporcionar maior vantagem

competitiva, além do desenvolvimento econômico, social e político dessa costa.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos Produtivos Locais (APLs), Atividade Turística, Cadeia produtiva, Costa do Descobrimento, Desenvolvimento Regional.

LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT (APL) OF TOURISM: POTENTIALITIES AND LIMITS ON THE COAST OF DISCOVERY

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Arranjo Produtivo Local (APL) da Costa do Descobrimento, buscando abordar a cadeia produtiva existente nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Esses três municípios compõem a orla marítima da Costa do Descobrimento, com quilômetros de praias e espaços marítimos naturais. Além do mais, são nestes três municípios que estão localizados boa parte dos complexos turísticos, das infraestruturas de lazer, e dos empregos formais do turismo.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações interdependentes e vinculadas de agentes sociais e econômicos que visam um

setor específico de atividade econômica. Geralmente, os APLs são constituídos de diversas empresas que podem ser fornecedoras de serviços primários e bens, finais ou intermediários, como também prestadoras de serviços e consultoria (VECCHIA, 2006).

Sabe-se que, nas diversas delimitações turísticas pode-se encontrar cadeias produtivas com uma ampla diversidade de empresas turísticas, responsáveis pelo oferecimento de bens e serviços. Essas cadeias podem possibilitar que os destinos turísticos possam ser desenvolvidos nas esferas política, social e econômica.

Assim, na Costa do Descobrimento pode-se encontrar uma diversidade de atrativos naturais e culturais e uma ampla cadeia produtiva do turismo, que se transformada em APL poderia proporcionar maior vantagem competitiva e econômica. Desse modo, a problemática deste estudo visa responder: Quais as potencialidades e os limites do APL na Costa do Descobrimento?

Já o objetivo geral deste estudo é analisar as potencialidades e os limites do APL na Costa do Descobrimento. Tendo como objetivos específicos: relatar o funcionamento das políticas públicas relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil e no Estado da Bahia; identificar as características inerentes ao APL do turismo; e, apresentar a Costa do Descobrimento e suas características.

Para desenvolver este estudo, a metodologia utilizada foi pautada no baseamento teórico adotando a revisão/pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, no qual, foram consultados livros, artigos e monografias, além de documentos oficiais e de arquivos, elaborados por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo Federal, Governo da Bahia, entre outros. Assim, os dados utilizados foram os secundários, buscando consultar e analisar uma diversidade de dados que pudessem fornecer informações sobre o APL do turismo e a região adstrita.

2 | ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) NO BRASIL E NA BAHIA

Por Arranjos Produtivos Locais (APLs) pode-se entender as aglomerações territoriais de agentes sociais, econômicos e políticos, que tem como foco principal um determinado eixo de atividades econômicas, que apresentam vínculos entre elas mesmo sendo diferentes e embrionárias. Na maioria das vezes, abarcam interação e participação de empresas podendo desenvolver desde atividades de produção de serviços e bens, a prestar serviços de fornecimento de equipamentos e insumos, comercialização, consultoria de serviços, clientes, entre outras, podendo possuir diversas formas de associação e representação. Podem ser incorporadas também uma diversidade de outras organizações de naturezas privadas e públicas direcionadas para política, financiamento e promoção, para capacitação e formação de recursos humanos, como universidades e escolas técnicas, além de P&D e

engenharia (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Pode-se ressaltar que os APLs são, em suma, programas de desenvolvimento governamentais, sendo assim uma realidade que apresenta amplas contradições nos âmbitos econômicos e políticos de poder, passando longe do alcance almejado e do cenário objetivado, principalmente, por ser uma experiência de desenvolvimento atrelada a um país que é dotado de infinitas desigualdades nas esferas regionais, setoriais e sociais (FUINI, 2013).

Os APLs tiveram as primeiras ações no Brasil no final dos anos 1990. Foi a partir de 1999, que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) passou a inserir os APLs em ações regionais juntamente com os estados brasileiros e aos projetos de cooperação com organismos internacionais (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

Ao adotar o enfoque de APLs, o MCT teve como finalidade promover o financiamento e apoio às pesquisas acadêmicas que tinham como objeto de estudo os APLs e seus desdobramentos socioeconômicos. Por existir uma diversidade de situações na estrutura produtiva brasileira, as ações desenvolvidas foram isoladas e não possuíam uma base direcional (mais “generalista”).

Na época, o Governo Federal voltou a direcionar sua intenção na combinação de reequilíbrio regional e social com crescimento econômico, em especial, a partir de 2003, com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (SILVA, 2012). Ainda, em 2003, houve a priorização das aglomerações produtivas locais em suas políticas de desenvolvimento produtivo pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Foi no MDIC que se estabeleceu o “Grupo de Trabalho Permanente para APLs”, o primeiro grupo interministerial de APLs (GTP-APL) que só foi formalizado em 2004 (BRASIL, 2004).

O foco inicial desse grupo de trabalho, de acordo com Garcez *et al.*(2010), foi pautado em examinar uma metodologia de atuação integrada em 11 APLs pilotos, distribuídos nas cinco regiões do Brasil. A princípio, o GTP-APL teve como finalidade desenvolver o consenso sobre questões conceituais, e identificar e enquadrar APLs. Sua responsabilidade era sugerir um modelo gerencial para ações governamentais e instituir um sistema nacional de informações para gerenciar e mapear as ações implementadas em áreas regionais/locais. Nessas ações, ocorreu a participação de 23 instituições não governamentais e governamentais, como por exemplo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, entre outros).

Esse grupo estabeleceu, segundo Brasil (2004, p. 6), um conjunto de variáveis decisivas, os quais podem mostrar distintos graus de intensidade:

- a) Concentração setorial de empreendimentos no mesmo espaço físico ou território (pode ser um município, parte de um município ou um conjunto de municípios);
- b) Concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL;
- c) Cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores “econômicos” e demais participantes “políticos” e “sociais”), em busca de maior competitividade;
- d) Existência de mecanismos de

governança local capazes de liderar, organizar, coordenar e integrar as ações e os objetivos dos atores participantes do arranjo.

O termo APL foi tão bem aceito e incorporado, que passou a ser abarcado em documentos inerentes às políticas públicas nacionais de desenvolvimento, sendo inserido no Plano Plurianual 2004-2007 (BRASIL, 2004). Nesse sentido, a médio e longo prazo, os APLs foram incorporados estrategicamente nas diretrizes dos planejamentos nacionais. Fuini (2013, p. 71) relata que, “nos Planos Plurianuais do Governo federal brasileiro (2004-2007 e 2008-2011) constam os APLs como eixos da política industrial e de desenvolvimento regional”.

Assim, no Brasil, em 2004, foi realizado o primeiro mapeamento dos APLs, que contabilizou 460 aglomerações produtivas. Em 2005, esse número subiu para 957 aglomerações produtivas locais nos setores de serviços, agroindustrial e industrial. No entanto, no estudo desenvolvido por Botelho (2008), algumas análises sobre os APLs, podem assinalar a existência de até 5.000 aglomerações produtivas locais no Brasil, sinalizando um número muito maior ao apontado pelo mapeamento realizado pelo GTP-APL.

Nesse cenário o GTP-APL instituiu objetivos de políticas públicas de APLs visando possibilitar os processos locais de desenvolvimento, por meio da inclusão produtiva, promoção da competitividade e sustentabilidade. Logo, o Governo Federal elaborou um documento que elucida que é através das políticas para APLs que busca-se:

o desenvolvimento econômico; o arrefecimento das desigualdades sociais e/ou regionais; a inovação tecnológica; a expansão e/ou a modernização da base produtiva; o crescimento do nível de emprego e renda; a redução da taxa de mortalidade de MPEs; o avanço da escolaridade e da capacitação da mão-de-obra; o aumento da produtividade e competitividade; e, o aumento das exportações (BRASIL, 2004, p. 9)

Para Brasil (2004, p. 12), as estratégias de atuação que permitem o alcance dos objetivos traçados permeiam dois eixos, são eles:

Reconhecimento e valorização da iniciativa local: Estimular a constituição de planos de desenvolvimento, reconhecendo e valorizando a iniciativa local e a diversidade de necessidades, expectativas e capacidades de realização com que a atividade produtiva se apresenta no país. b Articulação e intervenção: Atuar de forma integrada, via políticas públicas, na melhoria de alguns aspectos que estão presentes em praticamente todos os APLs e que, por essa razão, podem ser estimulados de forma convergente com o plano de desenvolvimento local.

Para que os objetivos traçados sejam alcançados torna-se necessário que ocorra a participação de organizações direcionadas à pesquisa e engenharia, regulação e financiamento, formação de mão-de-obra e informação; associações, cooperativas e demais órgãos de representação de classes; trabalhadores e consumidores, comercializadoras e distribuidoras; empresas fornecedoras de matérias-primas, empresas produtoras de serviços e bens finais (BRASIL, 2004; CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

Os APLs tornaram-se uma alternativa de política e estratégia do Brasil, sendo criados constantemente programas de apoio a essas aglomerações produtivas, propiciando à ampla propagação de experiências nessa perspectiva. Abordados, por vezes, como opções ao desenvolvimento regional, este conglomerado de iniciativas é limitado pela ausência de uma política nacional abrangente que forneça sentido e direcionamento às experiências autóctones que acabam por ser acumuladas.

Na Bahia, inicialmente, haviam apenas intervenções específicas voltadas, essencialmente, para atrair empresas por intermédio de incentivos fiscais. No geral, essas ações eram desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC). Foi somente, em 2003, que os APLs começaram a ter aparato institucional de apoio, no qual sob a coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), criou-se a Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado da Bahia (RedeAPL).

A RedeAPL era constituída pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO) Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB/IEL), Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI/BA), Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE- BA), Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

Portanto, inicialmente as iniciativas foram estruturadas institucionalmente em torno da RedeAPL, que concentrava-se no desenvolvimento de pesquisas para a identificação dos APLs do Estado. Esse pode ser considerado como o momento inicial para as iniciativas públicas de fomento para as APLs no Estado da Bahia. Ou seja, a institucionalização por parte do poder público é determinante para o debate em torno dos APLs, criando critérios gerais (ou homogêneos) de análise produtiva.

Foi em 2007, que ocorreram alterações nas estratégias de apoio aos APLs, já que houve mudanças de governo no Estado. Nesse período, a Rede/APL foi extinta e criado o NE-APLs/BA, seguindo as orientações instituídas pelo MDIC, embora foram mantidos a gestão e modelo utilizado pela RedeAPL.

Na Bahia, esse órgão institucional lançou estratégias de modo a possibilitar suporte, articulação e coordenação das políticas públicas desenvolvidas no Estado da Bahia direcionadas para APLs. Atualmente, o NE-APLs/BA presta apoio para 14 APLs na Bahia, sendo que 11 desses possuem apoio do antigo Projeto BID, o PROGREDIR, iniciado na época da RedeAPL.

3 | COSTA DO DESCOBRIMENTO: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES

A Costa do Descobrimento como sendo uma das 9 zonas turísticas que configuram-se como áreas delimitadas e classificadas a partir do planejamento do

Estado da Bahia, participa de uma política pública estadual de turismo, a qual institui regiões temáticas como zonas de planejamento turístico (SILVA e CERQUEIRA NETO, 2015).

Essa Costa configura-se como a região abordada pelos historiadores como sendo o berço da história do Brasil, em 1500. Foi nas intermediações desse território que importantes fatos da história do Brasil ocorreram.

A atividade turística na região começou a ser desenvolvida desde a década de 1970, com a pavimentação das rodovias federais BR 101 e BR 367. Atualmente, o turismo é considerado como a sua principal atividade econômica (PDITS, 2002).

Essa zona turística possui uma infinidade de atrativos naturais, entre eles: manguezais, rios navegáveis, baías, falésias, recifes de corais, e praias. Em 1999, essa Costa foi tombada como Patrimônio Natural Mundial pela Unesco, por ser considerada o berço da história do Brasil, pois foi em Porto Seguro que a história do Brasil começou. Essa possui como atrativos culturais: centros históricos, aldeias indígenas, casarios, museus e galerias (Bahia.com, 2017).

Embora, a Costa do Descobrimento seja composta por outros municípios, a ênfase deste estudo permeará os municípios de Porto Seguro, Belmonte e Santa Cruz Cabrália, por terem o turismo como atividade econômica, já consolidada e/ou implementada em diferentes ciclos.

Belmonte é um município que fica localizado à uma distância de 623,1 km Salvador, capital da Bahia, a uma latitude de 15° 51'47" sul e uma longitude de 38° 52'58 oeste. Esse município estende-se por uma área territorial de 1.931,985 km². Sua população foi estimada em aproximadamente 24.013 pessoas. A densidade demográfica, por sua vez, foi mensurada em 11,06 hab/km² (IBGE, 2017).

O clima do município configura-se como tropical e sua temperatura média é de 24.2 °C. A precipitação pluviométrica média anual é de 1595 mm. Sua pluviosidade é relevante ao longo do ano, ocorrendo muita pluviosidade mesmo no mês mais seco (CLIMATE-DATA, 2018).

O povoamento no território onde encontra-se Belmonte, inicialmente, foi povoado por colonos portugueses no início do século XVIII. Naquela época, Belmonte pertencia a Porto Seguro e estava sob o comando do donatário Pero de Campos Tourinho. Em 1764, Belmonte passou do status de povoado à vila (BELMONTE BAHIA, 2018). Foi em 23 de maio de 1891, que a vila foi elevada a categoria de cidade, sendo nomeada como Belmonte, na finalidade de homenagear Pedro Álvares Cabral que residia numa localidade portuguesa de igual denominação (BELMONTE BAHIA, 2018).

A renda per capita de Belmonte foi mensurada em um total de R\$ 11.821,21 (IBGE, 2015). Já o seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estipulado em 0,598 (IBGE, 2010).

Porto Seguro, por sua vez, é um município que está localizado à 592 km da capital da Bahia, Salvador, posicionando-se geograficamente a uma latitude de 16°

26' 59" sul e uma longitude de 39° 03' 53" oeste. Sua extensão territorial abrange uma área de 2.287,085 km². Em 2017, sua população foi estimada em 149.324 pessoas, sendo um dos municípios mais populosos do Extremo Sul da Bahia. A densidade demográfica contabilizada é de 52,70 hab/km² (IBGE, 2017). Para Neto Cerqueira e Silva (2015, p. 5), Porto Seguro configura-se como, “uma referência, não só no turismo, mas, também o maior município em extensão territorial, em número de habitantes, por ter grande influência na política regional e estadual”.

Sobre o clima, Porto Seguro possui o clima tropical. Sua temperatura média é de 24.4°C. A precipitação pluviométrica média anual é de 1624 mm, com a ocorrência significativa de chuvas mesmo nos meses considerados mais secos (CLIMATE-DATA, 2018).

Historicamente, Porto Seguro tem uma história que se confunde e origina, concomitantemente, com o Descobrimento do Brasil. Motta (1998, p. 3) corrobora, a “armada comandada por Pedro Álvares Cabral, que aporta em um porto seguro em 22 de abril de 1500 toma oficial, efetiva e plenamente posse desta nova terra com tudo que nela há: suas riquezas materiais e espirituais”.

Porto Seguro configura-se como um município que possui grande relevância para o contexto histórico mundial e nacional. Considerado como berço do Brasil, teve seu surgimento em 1500, com chegada dos portugueses no Brasil. Segundo a história contada, a descoberta do Brasil aconteceu por erro de percurso marítimo, por embarcações comandadas por Pedro Álvares Cabral, que tinham como destino a Índia, com a finalidade da comercialização de especiarias (PORTO SEGURO. GOV, 2017). Durante a navegação, D. Pedro avista o Monte Pascoal e desembarca em terras brasileiras no dia 22 de abril de 1500, estabelecendo-se assim o acontecimento do “Descobrimento do Brasil” (PORTO SEGURO. GOV, 2017). O município de Porto Seguro teve sua fundação em 1534, e seu território está tombado quase que em sua totalidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo dados do IBGE (2015), a renda per capita de Porto Seguro é de R\$ 15. 801,29 e seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) possui uma média de 0,676.

Já o município de Santa Cruz Cabrália está situado à aproximadamente, 755 km de Salvador, capital da Bahia, com uma latitude de 16° 16' 41" sul e uma longitude de 39° 01' 29" oeste. Sua área territorial é de 1.459,832 km². A população teve uma estimativa de 28.552 pessoas (IBGE, 2017). A densidade demográfica é de 16,92 hab/km² (IBGE, 2010).

Em relação ao clima de Santa Cruz Cabrália, é tropical e sua temperatura média é de 24.1°C. Possui uma precipitação pluviométrica média anual de 1614 mm e tem muita pluviosidade mesmo nos períodos mais secos (CLIMATE-DATA, 2018).

No contexto histórico, Santa Cruz Cabrália teve seu surgimento em 1º de maio de 1500, quando foi erguida a cruz com divisas reais e armas pertencentes a Portugal. Em 1933, sob a nomenclatura de vila passou-se a chamar Santa Cruz

Cabrália, sendo emancipada em 30 de março de 1938. O município de Santa Cruz Cabrália, possui o centro histórico tombado pelo IPHAN como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico (CABRALIA. GOV, 2017).

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$ 10.630,09 (IBGE, 2015). O seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal possui uma média de 0,654 (IBGE, 2010).

4 | CADEIAS PRODUTIVAS DO TURISMO NA COSTA DO DESCOBRIMENTO: LIMITES E POTENCIALIDADES

A Costa do Descobrimento configura-se como sendo uma região turística em que o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR/NE), criado em 1991, focaliza seus investimentos por ser considerada como zona prioritária. Entre os anos de 1991 a 2020, estima-se que a Secretaria de Turismo do Estado terá injetado cerca de US\$ 325 milhões na região, valor esse que corresponde a 10% do investimento do setor público para o turismo no estado. Em 2003, em articulação com o setor privado, o Governo do Estado da Bahia, decidiu lançar uma estratégia turística para o período 2003-2020, que teve como denominação “Século XXI: Consolidação do Turismo” (DIEESE, 2008).

Em estudos elaborados pelo SEBRAE e pela fundação Getúlio Vargas – FGV (2015) para o Ministério do Turismo, denominado “Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional” apontam que, a maioria dos destinos turísticos apresentam condições “regularmente satisfatórias” em relação as condições de acessos, infraestrutura geral, atrativos turísticos, aspectos sociais e ambientais.

No que abrange os atrativos naturais da Costa do Descobrimento, no município de Belmonte foram identificados a existência de 22 atrativos consolidados e potenciais. Já no município de Porto Seguro foram verificados a existência de 47 atrativos consolidados e potenciais. Em Santa Cruz Cabrália, por sua vez, pode-se ser destacado a existência de 24 atrativos atuais e potenciais (PDTIS, 2002).

No geral, a Costa do Descobrimento possui cerca de 93 atrativos turísticos naturais, sendo que somente 53% desses atrativos estão sendo usados para atividades turísticas. Esses possibilitam o desenvolvimento de diversas atividades como cavalgadas, trilhas, passeios, caminhadas, entre outros, por possuírem bancadas de recifes, praias, barras, entre outros (PDTIS, 2002).

Nos atrativos turísticos histórico-culturais, foram identificados que os municípios de Belmonte e Porto Seguro possuem 12 atrativos e potencialidades. Sendo que, Belmonte possui sua arquitetura histórica baseada no período do Ciclo do Cacau e o município de Porto Seguro possui um acervo arquitetônico referente a Costa do Descobrimento (PDTIS, 2002).

Já em Santa Cruz Cabrália, pode-se verificar a existência de diversos bens que datam da época do Descobrimento do Brasil. Em sua totalidade, a Costa do Descobrimento conta com 32 atrativos turísticos de cunho histórico-cultural. Alguns atrativos já consolidados proporcionam uma visita estruturada e possuem banheiros públicos, guias, e recebe uma demanda constante, especialmente, em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Já o município de Belmonte mesmo possuindo um grande potencial turístico mantém a maioria de seus atrativos culturais fechados para visita (PDITS, 2002).

No entanto, deve-se enfatizar que muitos são os desafios enfrentados por essas localidades em relação aos atrativos culturais como, a carência de melhorias na estrutura física e ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção ou com deficiências nos locais, carência de equipamentos de lazer e entretenimento para os turistas que visitam o destino, inexistência de estudo de capacidade de controle do número de visitantes e cargas, entre outros (SEBRAE, 2015).

Nos equipamentos e serviços turísticos da Costa do Descobrimento pode-se ressaltar que, nos meios de hospedagem foi possível verificar um crescimento significativo entre os anos que vão desde 1974 à 1994, o que desencadeou a presença de uma infinidade de equipamentos hoteleiros de pequeno porte (PDITS, 2002).

Nos dias atuais, a Costa do Descobrimento possui significativa oferta de meios de hospedagem, em suas mais diversas categorias, o que permite o atendimento e satisfação da demanda turística. Segundo dados da BAHIA TURSA, referentes ao período de 1994/2000, o meio hoteleiro da região apresentou crescimento de 42% no número de meios de hospedagem, o que resultou num aumento de 120% na oferta de unidades habitacionais – UH's, e de 117% na quantidade de leitos (PDTIS, 2002).

Prever-se que com a implantação desses empreendimentos hoteleiros os valores sejam bem mais superiores aos valores praticados na região, e que alguns dos poucos empreendimentos de grande porte, relacionados a redes hoteleiras internacionais, possam colaborar para a consolidação definitiva dessa zona turística também como um destino turístico competitivo no mercado internacional (PDTIS, 2002).

No que tange aos bares e restaurantes da região, possuem uma estrutura operacional simples. Em sua estrutura, mais de 40% são compostas pelos sócios e pelos próprios donos dos empreendimentos. Também nos segmentos de lazer, entretenimento e agências de viagens, a participação dos donos do negócio é elevada. Na região podem ser encontradas agências emissivas e receptivas, além de operadoras de viagens (PDTIS, 2002).

Em relação à sinalização turística, a zona turística da Costa do Descobrimento não possui uma sinalização apropriada. Os municípios possuem algumas sinalizações

turísticas, no entanto, não atende a sua demanda satisfatoriamente. Os municípios dessa Costa não possuem sinalizações em outros idiomas. Nesse sentido, essa região deve realizar a adaptação com urgência da comunicação visual indicativa aos atrativos turísticos; não só na padronização da linguagem e dos símbolos utilizados na região, como também no material e no conteúdo da informação (PDTIS, 2002).

No que tange a competitividade, essa zona turística apresenta precificação competitiva em relação a segmentação do turismo de “sol e praia” nacional, pois possui grande proximidade com principais mercados emissores e à infraestrutura receptiva.

Embora, os três municípios estejam inseridos na Costa do Descobrimento, sejam próximos, possuam similaridades no desenvolvimento no segmento de lazer e de “sol e praia”, apresentam muitas disparidades mercadológicas. O município de Porto Seguro configura-se em um produto já consolidado, sendo conhecido nacionalmente; Santa Cruz Cabrália, está passando pela fase de estruturação e crescimento para o recebimento de turistas, já Belmonte ainda está em fase inicial da implantação da atividade (PDTIS, 2002).

Em relação, as vias de acesso da Costa do Descobrimento pode-se destacar que a região possui vias pavimentadas nas rodovias BR-367 que interligam os municípios de Eunápolis/Porto Seguro e BA-001 que ligam os trechos entre Santa Cruz Cabrália/Belmonte e Porto Seguro/Trancoso, o que amplia o espaço turístico da zona turística e propicia o fomento de novos roteiros turísticos (PDITS, 2002). No transporte rodoviário, os municípios contam com a existência de terminais rodoviários em cada destino. Já no transporte aéreo, a região conta com uma área de pouso no município de Belmonte e com o aeroporto localizado em Porto Seguro. O aeroporto de Porto Seguro, possui voos regulares para diversos destinos nacionais e várias operadoras de voos charter de destinos nacionais e internacionais, além de uma estrutura que oferece: restaurantes, lojas, serviços de câmbios, entre outros (SEBRAE, 2015). Já no que se refere a utilização de vias marítimas, a região realiza diversos passeios locais para a visitação e apreciação de seus atrativos turísticos (PDTIS, 2002).

Diante disto o PDITS (2002) elenca que, essa região turística já possui ampla infraestrutura básica essencial para o funcionamento da atividade turística, devendo ser implantadas melhorias no que concerne os sistemas viário, saneamento e de proteção cultural e ambiental.

O turismo dessa zona turística concomitantemente, com o potencial natural existente, o apelo histórico nele contido, a falta de outra atividade concorrente, às facilidades de acessibilidades promovidas com a implantação da BR 101 e, posteriormente, com a implantação do aeroporto de Porto Seguro fizeram com que fosse possível a consolidação do turismo na Costa do Descobrimento. No entanto, esse turismo não instalou-se nessa região de maneira planejada, organizada e controlada. As áreas indígenas encontradas nessa região são designadas a servir

de habitat para os nativos e possibilitar meios suficientes à sua subsistência (PDTIS, 2002).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas mostraram que, mesmo sendo uma Costa relevante para o desenvolvimento social e econômico da região, das políticas governamentais e investimentos, tanto do setor público quanto do privado, que são direcionadas, a cadeia produtiva na Costa do Descobrimento apresenta: a inexploração de atrativos, desarticulação dos empreendimentos turísticos, inadequação das sinalizações turísticas, infraestruturas básicas deficientes, entre outros.

Em relação às informações nos aspectos sociais, econômicos, ambientais e estruturais referentes a Costa do Descobrimento ao comparar os 3 municípios pode-se constatar que os dados pesquisados relevam que entre os três municípios, Porto Seguro é a cidade mais desenvolvida da região e Belmonte é o município que apresenta mais carência nos aspectos apresentados.

Assim conclui-se que, a cadeia produtiva do turismo instalada na Costa do Descobrimento é dotada de potencialidades, mesmo possuindo problemáticas nos aspectos sociais, econômicos, ambientais e estruturais e necessitarem de melhorias na formatação, promoção e comercialização de seus produtos turísticos. Nessa conjuntura, a pesquisa demonstrou que essa cadeia produtiva se bem planejada na região pode ser convertida em APL do turismo, promovendo a vantagem competitiva e o desenvolvimento da região nas esferas sociais, políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Brasília: 2004. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2017.

CASSIOLATO, J. E. ; LASTRES, H. M. M. **O enfoque em sistemas produtivos e inovação locais**. In: T. FISCHER (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Bahia: Casa da Qualidade, 2002.

SILVA; Sebastião P. G. Cerqueira neto. **Planejamento, gestão e políticas do turismo: o caso da costa do descobrimento, Bahia/Brasil**. VIII Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa 1/14. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.aprh.pt/ZonasCosteiras2015/pdf/5A6_Artigo_095.pdf> Acesso em: 29 Maio de 2018.

DIEESE–Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa do Setor de Turismo e Hospitalidade da Região da Costa do Descobrimento**. Contrato de Prestação de Serviços. Escola Brasil Profissional Educação Integral. 2008.

FUINI, Lucas Labigalini Fuini. **Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema**. GeoTextos, vol. 9, n. 2, dez. 2013. L. Fuini. 57-83.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panoramas das cidades da Bahia**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de Maio de 2018.

LASTRES, H.; CASSIOLATO. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2003.

Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional**: relatório Brasil 2015. – Brasília, DF, 2015. 92 p. Publicado em parceria com o SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas.

MOTTA, Leticia de Barros. **A tralha doméstica e o processo de urbanização de Porto Seguro**. Dissertação de Mestrado, USP, área Interdepartamental de Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: 1998.

PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002.

SILVA, Filipe P. M. **Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

VECCHIA, Raquel Virmond Rauen Dalla. Arranjos Produtivos Locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico Guarapuava** - PR v.4 n.1 38:38 jan./dez. 2006.

VIEIRA, Jeferson de Castro. **Desafios e perspectivas dos apIs de segunda geração**. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16005, 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167